A Lisboa de Gomes Freire (1781-1817)

Eunice Relvas

A Lisboa de Gomes Freire (1781-1817)

Gomes Freire de Andrade, ou apenas, Gomes Freire, nasceu no dia 27 de janeiro de 1757, em Viena de Áustria. Filho de Ambrósio Freire de Andrade e Castro, embaixador de Portugal em Viena, e da Condessa austríaca Elisabeth de Schafgoch. Passou toda a sua infância e juventude nesta cidade, onde teve uma educação condicente com o seu nascimento e posição. Órfão de pai, aos 13 anos de idade, continuou a residir na capital austríaca com a mãe e irmã, por imposição dos credores, enfrentando a família graves dificuldades económicas. No ano de 1780, a rainha D. Maria I concedeu-lhe uma comenda para pagar as dívidas do progenitor. No ano seguinte, viria para Portugal devido à influência do 2.º Duque de Lafões, que tendo estado exilado na referida cidade tinha regressado, em 1779, ao nosso país e à corte.

Quando, em fevereiro de 1781, Gomes Freire, então com 24 anos, chegou a Lisboa, vindo de Viena – uma capital florescente e cosmopolita da Europa, dita civilizada –, deparou-se com uma urbe de cariz mediterrânico, com sol e calor, com ruas estreitas, tortuosas, enlameadas e sujas, e onde ainda pululavam as ruínas do Terramoto de 1755, tornando árdua a circulação. A reedificação da cidade decorria lentamente (a praça do Comércio estava inacabada) e quanto aos arruamentos, com espaços vazios e escombros[1], iam sendo redefinidos com casas apalaçadas e proliferavam as igrejas e conventos. Por analogia com os estrangeiros que nos visitavam e aqui residiam[2], o recém-chegado teria admirado a beleza natural da capital, com as suas colinas, mas não a falta de iluminação, segurança e higiene. A capital era povoada por escravos[3], mendigos e por uma plebe numerosa e variada, maioritariamente paupérrima.

Figura 1 – Plano geral da cidade de Lisboa em 1785. [Planta]. Org. Augusto Vieira da Silva. 1950. Lisboa: Câmara Municipal. CML/DMC/DPC/GEO/MP00056.

Lisboa tinha cerca de 131.000 habitantes (1790) e desenvolvia-se, essencialmente, na sua extensão à beira-rio da antiga ponte de Alcântara até ao Convento de Santos-o-Novo (edificado no início do século XVII para as Comendadeiras da Ordem de Santiago), e na sua largura, desde a praça do Comércio até à zona de S. Sebastião da Pedreira. O Terramoto fomentou o crescimento da urbe para os territórios internos: Campos de Santana e Santa Clara, Penha de França, Campolide, Rato e Campo Grande. Todavia, a maior parte da cidade edificada concentrava-se junto ao Tejo, enquanto o seu interior rústico e campestre, aqui e ali, era pontuado por núcleos de génese urbanística ao redor de conventos e palácios (figura 1). Na corte o requinte e as distrações eram praticamente nulos: "*Nunca há música, baile, espectáculo ou festa*"[4]. A situação patológica de D. Maria levaria à Regência (1799) do príncipe D. João. A residência oficial da corte, após o incêndio da *Real barraca* da Ajuda (1794), era em Mafra e no Palácio de Queluz[5], fora de portas. Apesar de tudo, a urbe florescia com as fortunas da burguesia. As zonas residenciais preferidas pelos lisboetas eram o Rato, a Patriarcal (atual Príncipe Real) e o Chiado. O Passeio Público, a praça do Rossio e a monumental praça do Comércio espelhavam alguma modernidade e progresso.

Voltemos a Gomes Freire para referir que o começo da sua carreira de oficial aristocrata militar não lhe permitiu permanecer durante muito tempo em Lisboa. A 19 de setembro de 1782, assentou praça em Peniche como cadete do Regimento de Infantaria. No mês de junho de 1784, embarcou para a Campanha das Costas da Argélia, de onde voltou em setembro do mesmo ano. Abandonou a Marinha, em abril de 1788, e retornou ao Regimento de Infantaria de Peniche; contudo, em maio, partiria como voluntário para combater pela Rússia. Regressou a Lisboa, em setembro de 1793, partindo quase imediatamente para a Campanha do Rossilhão. No mês de julho do ano seguinte, voltou à

capital, onde ficou até março(?) de 1801, quando participou na Guerra das Laranjas. De regresso, ainda neste ano, permaneceu aqui até maio de 1807, quando, depois de promovido a Tenente-general, se tornou comandante de uma divisão militar para "Defesa da margem esquerda do Tejo e de Setúbal"[6], por ordem do príncipe Regente. A 3 de dezembro, veio a Lisboa, a pedido de Junot, que lhe disse para retornar à capital sadina e aguardar as instruções do General espanhol Solano (1768-1808), que viria a confiar-lhe a inspeção das tropas do Alentejo e do Algarve[7].

Estava em Setúbal, em março de 1808, quando recebeu ordem de Junot para partir para França depois de organizada a Legião Portuguesa e, passando o Tejo por Aldeia Galega (atual Montijo), obteve licença de um mês deste oficial francês "*para tratar de negocios da sua casa*"[8]. Deste modo, não acompanhou esta Legião, tendo partido, no dia 10 de abril, passando por Badajoz, quando a sua divisão já se encontrava em Salamanca[9]. Só regressaria a Lisboa em maio de 1815. No ano seguinte, viveu "como que escondido", alguns meses, em Tondela[10], na Beira, na casa do seu primo, o 3.º Conde de Bobadela (1774-1831), mas, em maio, já habitava na capital e aqui permaneceu até ao momento da sua prisão, em 1817, quando o conduziram para o forte de São Julião da Barra[11]. Em conclusão, o maior período temporal em que Gomes Freire residiu em Lisboa foi dos 38 aos 50 anos de idade, de 1795 a 1807, doze anos que correspondem a uma época em que o seu prestígio, enquanto militar, apesar do seu caráter belicoso, era reconhecido por todos. Passemos a apresentar a Lisboa "oficial" do General –, conscientes das lacunas e apesar das dificuldades que encontrámos –, veremos alguns dos seus locais de residência, de passagem/permanência no exercício de funções militares e lugares de conspiração e sociabilidade.

Residências de Gomes Freire

O General habitou "na Quintinha"[12], de 1798 a 1800. Era a rua da Quintinha, "então uma das novas artérias de Lisboa"[13], próxima a S. Bento e, consequentemente, perto do Regimento que comandava, em Campo de Ourique. Residiu "ao Calvário", entre 1801 e 1807, se bem que, a partir de 1805, os *Almanachs,* além deste local, acrescentem "ou em Cascais"[14], para onde fora transferido o seu Regimento. No ano de 1801, na sua habitação do Calvário, realizou-se uma assembleia que levaria à organização da Maçonaria Portuguesa[15]. Provavelmente, era uma casa alugada no antigo Paço Real do Calvário, situado no quarteirão entre as ruas da Creche (atual José Dias Coelho) e a Leão de Oliveira. Este palácio real foi parcialmente destruído pelo Terramoto e, reedificado dez anos depois, deixou de ser morada régia, passando a ser residência de aristocratas, dignitários e principais da corte[16].

Desconhecemos onde residiu quando voltou a Lisboa, no ano de 1815, talvez em casa de algum parente, como era usual ao tempo. A 15 de maio de 1816, habitava na Quinta do Verney, ao Lumiar[17], data e local onde efectuou o seu testamento; ainda nesse ano, morou na zona da Graça[18]. O seu derradeiro lar situava-se na rua do Salitre, perto do chafariz do

Rato, onde residiu com Matilde de Melo (1787-18??). Aqui, recebeu velhos amigos, antigos camaradas de armas, amargurados, os quais, generosamente, ajudou como conseguiu[19]. Na noite da sua detenção e dos outros mártires, o Marechal Beresford "*veio estabelecer o seu Quartel General em Alcântara, onde se achava o seu Estado-Maior*"[20], tomando a Guarnição de Lisboa posições em locais diferenciados da capital. Foi preso pelo desembargador ajudante do intendente, João Gaudêncio Torres, auxiliado por um destacamento da Polícia sob o comando do Tenente-coronel Joaquim José Maria de Sousa Tavares[21]. Às duas horas da madrugada do dia 26 de maio de 1817, entraram os captores em sua casa, já cercada de tropa, e ao penetrarem na sala encontraram o General, vestindo o pequeno uniforme, tendo sobre a mesa um saco de viagem, a sua carteira e duas pistolas carregadas[22].

Locais de permanência e passagem no exercício de funções militares

Evoquemos, em primeiro lugar, o Porto de Lisboa, o local preferido de partida e chegada à cidade pelos viajantes nacionais ou estrangeiros, que permitia uma vista inesquecível da cidade, romântica, como relatou a Duquesa de Abrantes (1784-1838):

> "Percorri a Europa e (…), Nápoles à parte, não vi nada que me tenha causado maior admiração do que esta cidade surgindo em anfiteatro para além da imensa planura líquida do Tejo (…)//(…). A cidade estende-se sobre as colinas próximas do rio te vai mostrando suas cúpulas, seus conventos, seus palácios, seus jardins e suas hortas (…); e depois surgem, ao longe esses jardins deliciosos, essas quintas que cingem Lisboa como um suave e magnífico cinturão"[23].

Nos séculos XVIII-XIX, este porto era constituído por um grande número de pequenos cais. Habitualmente, os navios de guerra nacionais estacionavam entre o torreão oeste da praça do Comércio e o Cais do Sodré. Gomes Freire terá aqui embarcado, a 19 de junho de 1784, como Guarda-Marinha, na esquadra portuguesa que partiu para as campanhas da Costa da Argélia. Esta esquadrilha regressaria a Lisboa, em setembro do mesmo ano. Durante os anos em que pertenceu à Armada Real (1784-88), decerto que este local fez parte do seu quotidiano. Anos depois, já como oficial do exército, não conseguiu regressar da Prússia a tempo de integrar a divisão militar que partiu do Tejo, em setembro de 1793, para participar na Campanha do Rossilhão e, desta forma, o então Coronel, partiria por terra, como comandante do seu Regimento de Infantaria[24]. Quando esta divisão regressou e D. João, a 10 de dezembro de 1795, esteve a bordo passando revista às tropas e distribuindo condecorações, desconhecemos se o General marcou presença, pois devido a conflitos com os seus superiores hierárquicos tinha regressado no ano anterior. No seu derradeiro regresso, entrou no Tejo, a 25 de maio de 1815, a bordo de um navio vindo de Londres, para onde fora de França. No paquete que o transportou igualmente viajaram o desembargador Sebastião de Sampaio[25] (1764-1826), o oficial de Secretaria de Estado Teotónio José Pinheiro e o cirurgião António de

Almeida[26].

É ao antigo Quartel de Infantaria de Campo de Ourique[27] que cabe a primazia quanto aos locais de permanência no exercício das suas funções militares. Aí estava aquartelado o Regimento de Infantaria de Corte[28], conhecido por Regimento de Gomes Freire, do qual era comandante, desde 1791. Em 1800, este Regimento da Guarnição de Lisboa era "um dos mais bem exercitados" e onde "a disciplina" era "muito severa", segundo Ruders[29]. O General e o seu Regimento estiveram envolvidos nos motins de Campo de Ourique.

A origem destes motins está ligada aos acontecimentos ocorridos no dia do Corpo de Deus. Esta festa religiosa, celebrada na primeira quinta-feira depois do domingo de Pentecostes, era a mais concorrida e esplendorosa das celebridades litúrgicas em Lisboa e havia quem defendesse que era "a mais brilhante deste género em toda a Igreja Católica"[30]. Incorporavam-se nela a família real e a corte, cavaleiros, burgueses, funcionários e oficiais superiores, as ordens religiosas da capital e "os regimentos da guarnição de Lisboa com os seus uniformes de grande gala"[31], um grande evento religioso ao qual Gomes Freire, por inerência do seu estatuto social e militar, não poderia deixar de comparecer. Era uma festa móvel e caiu a 16 de junho em 1803. Nesse dia, ocorreu um desentendimento entre o General e alguns oficiais franceses da Guarda Real de Polícia de Lisboa[32], tendo este prendido, abruptamente, no Passeio Público, o ajudante da Polícia Grosson, conselheiro do Conde de Novion[33]. A génese deste acontecimento radicava num confronto latente entre esta força de segurança, onde pontificavam franceses e portugueses defensores de uma monarquia conservadora, sob influência do General Lannes, pedreiro-livre, ministro plenipotenciário da França em Portugal[34], que usufruía de influência crescente na corte; e alguns oficiais do exército, liberais, apoiados pelo ministro da Inglaterra, Lord Robert Fitzgerald e pelo Duque de Sussex[35], também maçom. O conflito latente entre afrancesados e inglesados na Maçonaria Portuguesa refletiu-se nestes acontecimentos[36], numa época em que a política interna nacional titubeava entre os partidos francês e inglês.

Nos dias 24 e 25 de julho, os soldados do Regimento de Gomes Freire organizaram festas à Senhora da Piedade. O ajuntamento de povo perto do quartel e de vendedores ambulantes norteou Novion a enviar guardas para o local dos festejos, sob o comando de Grosson. Os militares ajuizaram esta ação como provocatória e irromperam tumultos, com feridos e vários mortos. Nesta ocasião, apareceu o General que mandou tocar a rebate, ordenou a saída de patrulhas para o campo da Parada[37] e prendeu o Conde de Novion, que já se encontrava no local. Entretanto, chegou Sussex, pedindo a Gomes Freire que o acompanhasse a Queluz e, lá chegando, descreveu ao Regente os acontecimentos exigindo que D. João colocasse o oficial português no comando da Guarnição de Lisboa. Em resposta, foi-lhes ordenado para irem ter com o 1.º Marquês de Vagos, General da Província e membro do Conselho de Guerra, a quem o Regente iria enviar as suas ordens. Foram de imediato a casa do dito marquês, residente "junto ao pátio do Saldanha"[38], e Sussex repetiu o relato dos acontecimentos; após o que se dirigiu para o aquartelamento de Campo de Ourique, aonde permaneceu até perto das quatro horas da madrugada, recolhendo depoimentos dos soldados. No dia seguinte, o Duque

enviou uma carta ao Regente, com as declarações recolhidas e a sua opinião sobre o assunto.

A 26 de julho, numa demonstração de solidariedade militar e patriótica, repetiram-se os desacatos, provocados por soldados do 3.º Marquês de Alorna, D. Pedro de Almeida Portugal, apoiados por populares. No dia seguinte, o Marechal de campo Francisco de Paula Leite (1747-1833) foi a casa de Gomes Freire para o levar, sob prisão, para a Torre de Belém. Perante este acontecimento o General escreveu uma carta a Sussex, que prontamente compareceu na sua residência; então, o oficial, conversando em alemão (de modo a não serem percebidos), entregou-lhe todos os seus papéis para serem guardados em segurança. Na manhã do dia 28, o seu Regimento seria transferido para Cascais vindo o da referida vila substituir o de Gomes Freire na corte[39]. A 5 de setembro, segundo o aviso remetido ao Marquês de Vagos, informou-se que Novion e Gomes Freire seriam admitidos ao beija-mão, sendo-lhes restituídos, respectivamente, os comandos da Polícia e do Regimento[40]; deste modo, colocou-se um ponto final nestes motins.

Esta versão dos acontecimentos habitualmente difundida por diferentes autores é, em parte, dissemelhante da narrada por Sussex[41]. A intervenção deste Duque inglês nos distúrbios atestou o apreço e amizade que nutria pelo General[42]. O 7.º Marquês de Fronteira (1802-81) escreveu que Sussex encaminhou para a Maçonaria Portuguesa os seus ajudantes de campo, e uma parte dos membros da nobreza e oficiais militares que frequentavam a corte[43]. Não seria o sucedido a Gomes Freire que tinha sido iniciado na Maçonaria, em Viena (ca.1780-81), na Loja Esperança Coroada, com o nome simbólico «Porset»[44]. Em 1815, no retorno a Portugal, integrou a Loja Regeneração Maçónica Lusitana[45], de que foi Venerável. Esta Loja suspenderia a sua actividade, após a sua morte e até 1820. Existem registos que indicam que teria sido Venerável da Loja Virtude[46], em data anterior. Alguma destas Lojas seria a da rua de S. Bento, 51[47], local de encontro dos conspiradores? Eleito Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa, em 1815, tomou posse, oficialmente, a 1 de março do ano seguinte, cargo que ocupava aquando do seu martírio[48]. De acordo com Fronteira, naquela época, a Maçonaria em Lisboa "*ocupava-se em encorajar a creação de estabelecimentos de beneficência e em divertimentos, dando belos jantares*"[49].

A seguir à partida da família real e da corte para o Brasil, com cerca de 15.160 representantes da elite política, religiosa e cultural da época e respetivos serviçais[50], o General Junot entrou em Lisboa, a 30 de novembro de 1807, com cerca de 6.000 homens de diversas armas, cansados e, na sua maioria, descalços. Segundo Fronteira, a Guarnição de Lisboa era composta por 8.000 homens, e se tivesse sido comandada pelos Generais Alorna ou Gomes Freire teria conseguido derrotar o exército francês[51]. Relatou ainda que o último detinha o comando de uma grande parte desta Guarnição, entre Peniche e a Torre de São Julião e que, apesar deste cargo, não tinha sido informado da saída da corte para o Brasil; narrando o que escutou "ao próprio General" que:

> *Estando a inspeccionar a guarnição de Cascaes, viu sahir a esquadra portugueza, e uma nau com pavilhão real, sendo seguida pela esquadra inglesa. Cheio de*

curiosidade, mandou a Lisboa um dos seus Ajudantes de campo a saber para onde tinha ido o Principe e quem governava em seu nome, respondendo-lhe que S. A. tinha ido para o Rio de Janeiro e que, emquanto não chegasse o General Junot, que estava em Sacavem, governava a Regencia do reino nomeada por S. A.[52].

Esta narrativa contraria o facto comummente aceite de Gomes Freire se encontrar na capital sadina quando os franceses ocuparam Lisboa. Seria um lapso de memória de Fronteira? Sabemos que, a 3 de dezembro, estava em Setúbal, pois o 2.º Conde de Sampaio enviou-lhe uma carta dizendo-lhe que devia dirigir-se à capital e entregar o comando das tropas ao seu oficial imediato[53]. Ignoramos se presenciou os trágicos acontecimentos de domingo, 13 de dezembro, quando no fim da parada do exército invasor arriaram a bandeira nacional e hastearam a bandeira tricolor francesa, solenemente, no Castelo de S. Jorge; e, perante esta humilhação, os habitantes da capital se sublevaram. Esta rebelião foi severamente castigada com golpes de sabre e a tiros de baioneta, havendo mortos e feridos pelas ruas de Lisboa[54]. A 1 de fevereiro de 1808, Junot depôs a Casa de Bragança e suprimiu a Regência nomeada por D. João, convertendo Portugal numa espécie de província francesa. As imposições e as confiscações amplificaram-se[55].

Além dos aquartelamentos do exército existentes na capital[56] (onde teria estado, mais ou menos assiduamente, por incumbência do seu cargo), outros locais relacionados com o exercício do seu oficialato são os seguintes: o Palácio Quintela[57], na rua do Alecrim, residência de Junot, onde esteve em março de 1808, depois de ter recebido ordem para partir para França, como já expusemos; o antigo Arsenal Real do Exército (atual Museu Militar de Lisboa), onde marcou presença na Casa das Armas, a 14 de Julho de 1807, a pedido do Regente, para examinar os modelos das espingardas para Infantaria[58]; o Palácio da Ega, com o seu Pátio do Saldanha[59], na Calçada da Boa-Hora, residência de Beresford e Quartel-General da Corte e da Província da Estremadura, onde se apresentou, voluntariamente, no dia 26 de Maio de 1815, sendo detido e enviado para Torre de Belém[60]. O General já tinha estado aqui preso em 1803, devido ao seu envolvimento nos motins de Campo de Ourique[61] e, voltava de novo, por um curto período, de 27 de maio a 3 de junho de 1815, quando foi ilibado e libertado.

Na zona de Belém, em 1807, tinha-se instalado uma relevante força da Legião Portuguesa. Os Generais Freire e Alorna passavam revista às tropas sob o seu comando, no Campo das Freiras:

A concorrência de povo áquellas revistas, apezar da grande distancia da capital era numerosíssima e as demonstrações de sympathia que nellas recebiam os Generais Alorna e Gomes Freire davam grande cuidado á policia de Junot. Um dia, desfilando o regimento de Lippe, em frente do Marquês, o povo gritou: Viva quem nos ha-de salvar! Vivam os Generais Marquez de Alorna e Gomes Freire! e o regimento correspondeu aos vivas, vendo-se meu tio obrigado a falar e a fazer sentir ao povo e ao regimento a indiscrição que tinham cometido e que o comprometimento para todos era certo se continuassem aquellas manifestações[62].

A Legião passava frequentemente na rua da Junqueira, chamando a atenção do povo pelos seus vistosos uniformes; e numa "*bella manhã do mez de Março de 1808*"[63], desfilou ao longo deste arruamento a caminho de França. O General, como já registámos, não acompanhou a sua Divisão, indo ao seu encontro posteriormente.

Entre outros lugares importantes para a sua biografia, destaquemos o Rossio, onde todos os domingos, depois da missa na igreja de S. Domingos, com a assistência de Junot, havia uma grande revista militar, e a afluência era tão grande que parecia a festa do Corpo de Deus: "As janelas da praça guarneciam-se de senhoras e as ruas de povo, a ponto de impedirem o trânsito"[64]. O que não impedia as desordens constantes entre os lisboetas e os franceses, devido aos últimos sujeitarem os habitantes da capital a inúmeras infâmias[65]. Após a saída definitiva das tropas napoleónicas de Portugal, prosseguiram as paradas militares, com regimentos ingleses e portugueses. Este local está diretamente ligado ao desfecho trágico a que Gomes Freire foi submetido, pois aí situava-se, no lado norte, o antigo Palácio dos Estaus, onde funcionava o Conselho de Regência, numas salas cedidas pela Inquisição[66].

Locais de conspiração e sociabilidade

Passemos a observar os lugares conspirativos e de sociabilidade. Continuando no Rossio, no lado ocidental, desde o final do século XVIII, existiam dois botequins famosos: o Nicola (1787-1837), mais antigo, e o Parras (179?-1850). Durante a ocupação francesa, particularmente o primeiro foi frequentado por oficiais invasores. No ano de 1808, após a partida de Junot, iniciaram-se no Parras as luminárias (lanternas de diferentes cores e arcos iluminando todo o prédio), que perduraram por três noites, e foram repetidas quando das vitórias anglo-portuguesas contra os franceses[67] e em grandes acontecimentos nacionais. Os botequins[68], para além de proporcionarem convívio social, eram locais de conluio contra os franceses e, além dos citados, podemos aditar os do Cais do Sodré e dos Remolares[69]. Claramente relacionados com a pretensa conjuração de 1817, existem alusões ao botequim do Marrare (1800-1820?), na esquina com as ruas da Anchieta e Capelo, onde "numa tarde" se fala da conspiração, e ao botequim da rua dos Capelistas[70] (atual rua do Comércio), entre outros.

Nesta época, existiam quatro casas de espetáculo na capital, a saber: o Teatro do Bairro Alto (1761-17??), edificado sob as ruínas do Palácio do Conde de Soure; o Teatro da rua dos Condes (1765-1882); o Teatro do Salitre (1782-1879) e, o principal, o Teatro de S. Carlos. Além disso, existia o Teatro do Espírito Santo (1775-17??), em Belém[71]. Nas representações, os papéis femininos eram desempenhados por homens devido a uma proibição da rainha, terminada pelo príncipe Regente.

No S. Carlos[72], a Ópera de Lisboa trouxe a esta cidade os artistas de ópera e música mais famosos na Europa, para gáudio da elite lisboeta aristocrática e burguesa. Nos primeiros anos, a sua sala "era triste, porque tinha uma pintura escura e fraca iluminação que

consistia apenas num lustre com poucas velas"[73]. Nos camarotes e na plateia geral estava a aristocracia e sociedade elegante, convivendo nos intervalos. Quanto à plateia superior, "estava completamente abandonada a alguns diplomatas e amadores"[74]. A partir de 1799, seria o palco das grandes festividades oficiais e de festas deslumbrantes, como a ordenada pelo Intendente-geral de Polícia, Pina Manique, para celebrar o início da Regência de D. João, no dia 28 de Julho, com ópera italiana, ceia e fogo-de-artifício[75]. No ano de 1808, houve uma festa resplandecente para celebrar a entrada de Junot em Lisboa[76] e, no dia 12 de outubro de 1815, aniversário do príncipe D. Pedro, o Senado da Câmara Municipal de Lisboa (em parceria com os negociantes da capital) ofereceu um grande baile, em honra do exército português, comemorando a derrota de Napoleão, ao qual compareceram a elite política, militar, social e económica, dançando contradanças inglesas, das dez horas da noite às dez horas da manhã. Segundo Fronteira, a iluminação da sala era resplandecente, e:

> *A ceia foi esplendida, tendo-se armado um grande barracão, que cobria todo o largo chamado do Picadeiro, e mesas, a que podiam sentar-se mais de quinhentas pessoas".// No fundo da sala, estavam, a uma das mesas, os Governadores do Reino e o Marechal Beresford*[77].

Este teatro estava aberto todos os dias da semana e apresentava, revezadamente, óperas, farsas, dança[78] e *ballets*. Era frequentado por Gomes Freire, como sabemos pelo acontecimento do dia 24 de novembro de 1802, quando se envolveu num desacato com um negociante francês, Luís Lacenci, por este ter tentado entrar irregularmente na fila, na zona do Picadeiro, e pisado o pé do irmão do Conde de Sabugal, que o empurrou, sendo insultado pelo francês. O conde desembainhou a sua espada, vindo em seu socorro o General que insultou o negociante e prometeu puni-lo, desafiando-se os dois mutuamente. Esta não seria a primeira vez que ambos teriam tido diferendos neste teatro, talvez por isso Lacenci tivesse ido ao seu encontro e dos fidalgos que o acompanhavam. No dia seguinte, Gomes Freire dirigiu-se a casa do francês, a cavalo, e depois à *"Caza da Praça do Comércio, onde se ajuntão os Negociantes Nacionais e Estrangeiros"* [Alfândega?], levando "um pau" e dizendo aos comerciantes aí presentes que iria atacá-lo com este objeto. Este incidente tornou-se ainda mais gravoso quando o General estendeu esta ameaça a todos os negociantes no local, na presença da guarda que municiava esta praça[79], numa atitude que certificou o seu caráter intempestivo.

Destacamos ainda o pombalino Passeio Público (1764-1879), o primeiro jardim público de Lisboa, fechado e murado, ornado com fontes e alamedas, onde não era permitida a entrada a quem usasse capote, para obstar o acesso ao povo. Terá sido um local dos encontros dos conjurados (assim como o Rossio)[80], e onde, como já aludimos, Gomes Freire prendeu Grosson, em 1803. Este jardim tinha duas portas, uma norte e outra sul, mas, para impedir que se tornasse local de passagem, apenas uma estava aberta, exceto quando era atravessado pelos regimentos que participavam nas paradas militares no Rossio, ou no dia de S. João (ao tempo a solenidade com maior diversão na capital)[81], quando era aberto a toda a população.

No verão, devido ao calor, a elite social ausentava-se para as suas quintas nos, então,

arredores de Lisboa (Campo Grande[82], Benfica, Laranjeiras, etc.). O sítio da moda era Sintra, onde os nobres, o corpo diplomático e os negociantes estrangeiros, proprietários ou locatários de quintas, procuravam fugir ao calor da capital. O reduzido tamanho desta vila promovia e ampliava a sociabilidade, dando "animação à vida, proporcionando ensejo a novos conhecimentos e relações"[83]. Os lisboetas que podiam iam, em montadas, em passeios a Sintra e a Queluz. Ainda no estio, a elite divertia-se com passeios de cavalo, burricadas, pescarias, passeios de barco à Trafaria[84] e banhos de mar: "Às 4 e 5 da manhã horas da manhã, uma grande quantidade de gente dirige-se, em botes, para um sítio chamado a Junqueira, onde há uma praia em declive suave"[85]. Outras distrações da sociedade aristocrática eram os saraus de música e dança; os bailes e festas; as idas ao campo com piqueniques e as touradas na Praça de Touros da rua do Salitre (1790-1831, demolida em 1880). As touradas reuniam a elite social e o povo. Ainda pouco antes da partida da família real para o Brasil, realizou-se uma corrida de toiros, onde figuraram quase todos os parentes da casa Fronteira[86]. Teria Gomes Freire estado presente?

No dia 22 de abril de 1800, achando-se em Lisboa, o General terá sido acordado, como os restantes habitantes, às cinco horas da madrugada, pelas salvas de artilharia dos navios de guerra e das fortalezas que comunicavam o nascimento da infanta D. Maria Francisca de Assis, filha dos príncipes D. João e D. Carlota Joaquina. Nesta noite e nas duas subsequentes, a capital esteve iluminada. No dia 4 de maio, por ocasião do batizado da infanta, houve novas iluminações[87]. Poderá igualmente ter assistido às festas do nascimento dos outros infantes, como o de D. Miguel, em 26 de outubro de 1802, um varão que assegurava a sucessão do trono, cujo nascimento se celebrou com girândolas, desde Queluz até Lisboa, com salvas no Castelo, nas embarcações da Armada Real e nas fortificações do porto, e ainda por três dias de luminárias, por ordem do Senado da Câmara[88]. Eram estes ritos, as procissões e os festejos litúrgicos que reuniam a família real, a nobreza, o clero, os grupos burgueses e o povo em manifestações faustosas.

Observemos agora algumas residências dos seus amigos e familiares, locais de convivência fraterna, como a casa do 2.º Duque de Lafões, Marechal, seu amigo de longa data, que intercedeu para que viesse de Viena para Portugal, como aludimos. O duque habitava no Palácio do Grilo, no Beato, edificado após o Terramoto. Gomes Freire comparecia às suas famosas *soirées*, onde chegou a confraternizar com Broussone (1761-1897), médico e naturalista francês e com o Abade Correia da Serra (1750-1823)[89], naturalista e diplomata, um dos fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa (1779), em conjunto com o mencionado duque. Similarmente era amigo de Alorna, que residia na Calçada da Boa Morte (parte da atual rua do Patrocínio), antigo Quartel-General do Conde de Oyenhausen, uma habitação estatal[90]. Nesta casa houve um jantar de despedida antes da partida da Legião Portuguesa, do qual Gomes Freire lograria ter sido comensal, pois as salas "estavam cheias de militares, muitos dos quais partiam"[91].

Identicamente, frequentava as casas da família Fronteira. Amigo do 6.º Marquês, visitou-o repetidamente no seu palácio, em Benfica; e o 7.º Marquês contou que o viu "amiudadas vezes, desde 1815 em que voltou de França, até 1817"[92], onde era visita assídua da sua casa, conversando com a sua avó Leonor de Almeida Portugal, 4.ª

Marquesa de Alorna, a famosa *Alcipe*, que possuía quintas em Almada e Almeirim e alugou uma casa na rua de S. Luís (atual rua Silva Carvalho) e, mais tarde, uma parte do Palácio do Lavra, à Anunciada (domicílio posterior a 1817). Depois de regressar de Londres, em Julho de 1814, a marquesa abriu as portas das suas diversas residências na capital a literatos e poetas, que também a visitavam em Benfica, na casa do neto: "*Os salões de Benfica, outr'ora tão desertos, eram nesta época muito frequentados (...)*"[93]. Seria nas casas destes (e de outros) seus amigos literatos que Gomes Freire compartiria de um ambiente requintado, erudito e liberal, certamente do agrado de quem frequentou a luxuosa corte de Catarina II, em S. Petersburgo, e os meios letrados de Berlim, Paris e Londres.

Foi amigo do 2.º Marquês de Pombal, com quem se correspondeu quando esteve na campanha da Rússia[94]. Este marquês habitou no Palácio das Janelas Verdes, a partir do ano de 1793[95]. Não temos notícia da passagem de Gomes Freire por esta casa, mas será uma hipótese verossímil. Era visita constante no Palácio da Anunciada[96], na rua das Portas de Santo Antão, 114-124, casa do 2.º Conde de Rio Maior, António de Saldanha Oliveira e Sousa, seu antigo Ajudante de campo, "de quem era grande amigo", onde, nos invernos de 1815-1816, tiveram lugar "alegres recepções"[97]. Neste palácio, o General afirmou, na tarde do dia 25 de Maio: "*Eu esta noite hei de ser preso*"[98]. Os Condes de Rio Maior também possuíam casa em Benfica, sendo a uma "*das mais divertidas daquelle tempo*", onde se ofereciam jantares e "*brilhantes partidas de música e de dança*"[99]. Deixámos para último lugar a alusão a António de Sousa Falcão, confidente, primo e inseparável amigo, cuja firme amizade nasceu na Campanha do Rossilhão e perdurou até ao seu martírio. Em 1814 e 1815, Sousa Falcão residia na rua do Prior, 3, a Buenos Aires[100], não muito distante da casa de Gomes Freire no Salitre.

Figura 2 – Campo de Santana [ca. 1809]. Museu de Lisboa/MC.D.1632.076.

Finalizamos este trabalho mencionando que os onze mártires parceiros do General, julgados e condenados[101] por conspirarem contra Beresford e o Conselho de Regência, foram enforcados e queimados, num autêntico "auto-de-fé", no Campo de Santana, a 18 de outubro de 1817 (figura 2). O clarão das fogueiras avistou-se por toda a capital e fora de portas (inclusive das galerias do jardim palácio Fronteira), um momento no qual "*a cidade parecia deserta e só a ralé aplaudia este acto de barbarismo*"[102]. Nesse dia, Gomes Freire tinha sofrido o mesmo amaríssimo destino no Alto do Alqueirão do Forte de São Julião da Barra, fora de Lisboa, apartado dos seus companheiros de infortúnio.

Bibliografia

Abrantes, Maria Luísa, 1994. "Arquivo Histórico Ultramarino". In *Dicionário de História de Lisboa*, dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena, 89-91. Lisboa: Carlos Quintas & Associados.

Araújo, Norberto de, [1938-1939]. *Peregrinações em Lisboa*. Vol. 3; 9; 11 e 13. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

Banha, Teotónio, 1863. *Apontamentos para a história da Legião Portuguesa ao serviço de Napoleão mandada sair de Portugal em 1808*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Barradas, Manuel, 1892. *O General Gomes Freire, 1788-1817*. Lisboa: Typ. Minerva Central.

Brandão, Raul [1914], 1990. *Vida e morte de Gomes Freire*. Lisboa: Publicações Alfa.

Câncio, Francisco, 1963. *Lisboa no tempo do passeio público*. Vol. 2. [Coimbra]: Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia.

Cavalheiro, Rodrigues, 1931. *Os motins de Campo de Ourique em 1803*. Lisboa: José Fernandes Júnior.

Eleutério, Vítor, 1994. "Teatros". In *Dicionário de História de Lisboa*, dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena, 896-898. Lisboa: Carlos Quintas & Associados.

Farinha, Maria do Carmo J. Dias, 1994. "Estaus (Palácio dos)". In *Dicionário de História de Lisboa*, dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena, 361-364. Lisboa: Carlos Quintas & Associados.

Ferreira-Alves, Joaquim Jaime B., 2004. "O nascimento dos infantes D. Isabel Maria (1801) e D. Miguel (1802)". In *Estudos em homenagem a Luís António Oliveira Ramos*, 529-535. Porto: Faculdade de Letras do Porto.

Galvão-Telles, João Bernardo, 2007. *Geração pombalina. Descendência de Sebastião José de Carvalho e Melo*. Lisboa: Dislivro Histórica.

Garcia, José Manuel, 2009. "A partida de D. João VI para o Brasil e as invasões francesas, 1807-1811". In *História de Lisboa. Tempos fortes*, 91-96. Lisboa: Gabinete de Estudos Olisiponenses.

"Gomes Freire de Andrade", 1846. *O Panorama* (4): 30-32.

Lopes, António (2003), 2007. *Gomes Freire de Andrade. Um retrato do homem e da sua época*. Lisboa: Grémio Lusitano.

Marques, A. H. de Oliveira, 1986. *Dicionário de maçonaria portuguesa*. Vol 2. Lisboa: Editorial Delta.

Noronha, Manoel de, 1919, "Gomes Freire na Rússia. Crítica ao livro do snr. A. Ferrão". Separata *Revista de História* (28).

Parente, José Melo, 1994. "Quartel…". In *Dicionário de História de Lisboa*, dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena, 747-749. Lisboa: Carlos Quintas & Associados.

Santos, José Mário Fidalgo dos, 2014. *Lisboa e a invasão de Junot. População, periódicos e panfletos (1807-1808)*. Diss. Mestrado em História Contemporânea.

Lisboa: [FCSH-UNL]. DOI: https://run.unl.pt/bitstream/10362/14652/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20DE%20MESTRADO.pdf.

Santos, Piedade Braga; Rodrigues, Teresa; Nogueira, Margarida Sá (1987), 1996. *Lisboa Setecentista vista por estrangeiros*. Lisboa: Livros Horizonte.

Santos, Reinaldo dos, (1925). "O cirurgião António de Almeida e a setembrizada de 1810." *Lusitania. Revista de estudos portugueses* 3 (8): 211-226.

Soriano, Simão José da Luz, (1867). *História da guerra civil e do estabelecimento do governo parlamentar em Portugal...* Vol. 2. Lisboa: Imprensa Nacional.

Sucena, Eduardo, 1994. "Cafés". In *Dicionário de História de Lisboa*, dir. Francisco Santana e Eduardo Sucena, 192-195. Lisboa: Carlos Quintas & Associados.

Torres, Ana Teresa Santos, 2013. *A Rua como mediador «entre» a cidade e o edifício. Uma intervenção da rua das Portas de Santo Antão ao Palácio da Anunciada*. Diss. Mestrado em Arquitectura. Lisboa: FAUTL. DOI: https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/5838/1/dissertacao.pdf.

Ventura, António, 2013. *Uma história da maçonaria em Portugal, 1727-1986*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Vicente, António Pedro, 2007. "A Lisboa de Junot". *Olisipo* 2.ª Série, (28): 88-129.

Fontes

Almanach para o anno de 1798. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias.

Almanach para o anno de 1799. Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias.

Almanach para o anno de 1800. Lisboa: Offic. De António Rodrigues Galhardo.

Almanach para o anno de 1802. Lisboa: Regia Officina Typografica.

Almanach para o anno de 1803. Lisboa: Regia Officina Typografica.

Almanach para o anno de 1805. Lisboa: Impressão Regia.

Almanach para o anno de 1807. Lisboa: Impressão Regia.

Calendrier de Lisbonne pour l'an 1808. Lisbonne: L'Imprimerie de Rolland.

Collecção das ordens do dia do illustrissimo e excellentissimo senhor lord Beresford.... Anno de 1815. Lisboa: Manoel Pedro de Lacerda.

Diário da câmara dos senhores deputados da nação portugueza. 1822. DOI:

http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd/01/01/01/006/1822-12-03/67.

Feijó, António trans. (1907-1909), 1981. Carl Israel Ruders. *Viagem em Portugal (1798-1802)*. Lisboa: Biblioteca Nacional.

Ferrão, António, 1918. *Gomes Freire de Andrade na Rússia. Cartas inéditas de Gomes Freire de Andrade e outros documentos autógrafos ácerca desse ilustre português quando combateu no exército russo, precedidos dum estudo sobre a política externa de Catarina II*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Fronteira, 7.º Marquês (1926), 2003. *Memórias do marquês de Fronteira e d'Alorna D. José Trazimundo Mascarenhas Barreto ditadas por ele próprio em 1861*. Rev. e Coord. por Ernesto de Campos de Andrada. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Gazeta de Lisboa 1793; 1814; 1815; 1817.

Legislação régia. DOI: http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/2/97/p789.

Memoria sobre a conspiração de 1817, vulgarmente chamada a conspiração de Gomes Freire. Escripta e publicada por hum portuguez amigo da justiça e da verdade. 1822. Lisboa: Impressão Liberal.

Regimento de Infantaria n.º 4. DOI: https://ahm-germil.exercito.pt/details?id=268409.

Fontes não editadas

Copiador de correspondência trocada com Lord Robert Steph Fitzgerald e o Príncipe Augusto Frederico. 1803. Arquivo Distrital de Braga. DOI: http://pesquisa.adb.uminho.pt/viewer?id=1410672.

Devassa presidida pelo desembargador José Vicente Caldeira Cabral Ribeiro (…) para averiguação da horrorosa trama maquinada para a subversão da monarquia e introdução de um governo revolucionário, debaixo do título de conselho regenerador, em lugar do governo legítimo d'el rei nosso senhor" 1817. ANTT. DOI: http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4229800.

Processo de Gomes Freire de Andrade. Caixa 3185. Arquivo Histórico Militar, Lisboa.

Real, José Carlos Tudela Corte, 1900. Memória acerca do quartel de Campo de Ourique. [doc. mimeo]. Arquivo do Estado-Maior do Exército/Direção de Infraestruturas/Repartição de Gestão de Património/Prédio militar. EME/DIE/RGP/PM058/Lisboa, n.º 1, Tombo.

Nota: A realização desta investigação foi muito facilitada pela consulta do trabalho de Carvalho, Soraia; Benvinda, Frederico. 2017. *Recolha de documentos presentes no processo do General Gome Freire de Andrade Cx 3185 do Arquivo Histórico Militar*. [doc.

mimeo]. [Lisboa]: Faculdade de Letras-UL. As referências a esta documentação foram integralmente retiradas deste documento.

A autora agradece, reconhecida: aos mestrandos Soraia Carvalho e Frederico Benvinda, bem como ao Prof. Doutor António Ventura, a cedência do trabalho supracitado; ao Capitão-tenente Vítor Mendonça, os esclarecimentos e a bondosa partilha de fontes sobre o antigo Quartel de Campo de Ourique; ao Dr. Manuel Pinto dos Santos e ao Dr. António Adriano (coordenador do Núcleo de Toponímia da Câmara Municipal de Lisboa), pelas generosas partilhas de conhecimentos.

---

[1] Em 1806, cinquenta e um anos após a catástrofe, ainda eram visíveis ruínas na cidade. Vicente 2007, 91.

[2] Ruders refere algumas comunidades numerosas de estrangeiros em Lisboa: franceses, ingleses, alemães e italianos. Cf. Carta de 21 de julho de 1801. Feijó (1907-1909) 1981, 142-143. Carl Israel Ruders (1761-1837) foi capelão da legação da Suécia junto da corte de Lisboa, desde 1798 a 1802, e escreveu o livro *Portugisisk Resa* (*Viagem a Portugal*), uma coletânea de cartas enviadas a amigos suecos, em 1805. Os relatos de estrangeiros contêm descrições essenciais ao conhecimento da cidade no século XVIII-XIX. As cartas de Ruders foram traduzidas por António Feijó e publicadas, com alguma regularidade, entre 1907 e 1909, no jornal *Diário de Notícias*. Neste trabalho utilizámos a compilação da obra *Viagem a Portugal, 1798-1802*, traduzida por A. Feijó, editada em 1981.

[3] Apesar da legislação pombalina de 1761, que estabeleceu que todos os negros e mulatos nascidos em Portugal e na Índia eram livres, continuaram a existir os escravos anteriores à publicação desta lei. Em 1801, as escravas pretas, existentes em diversas casas da capital, compravam-se por 20 a 40 moedas de ouro. Carta de 21 de julho de 1801. Ibidem, 204.

[4] Santos et al. (1987), 1996, 35.

[5] Foi o General Junot quem, durante a 1.ª invasão francesa, empreendeu grandiosas obras de melhoramentos e cerrou "*o largo de Queluz com uma gradaria de ferro, dando ao palacio a apparencia duma habitação, o que elle não tinha*." Fronteira (1926) 2003, 40.

[6] Anexo da Cópia Manuscrita, 8 de julho de 1815. Anexo Requerimento Original Manuscrito de 3 de julho de 1815, de Gomes Freire ao Príncipe Regente. Processo de Gomes Freire de Andrade, caixa 3185, capilha 1, sem separadores.

[7] Brandão [1914], 1990, 61.

[8] Banha 1863, 149.

[9] Brandão [1914], 1990, 31 (nota de rodapé) e 62.

[10] Barradas, 1892, 80.

[11] Os outros presos da Conspiração foram para o Castelo de S. Jorge e para o Limoeiro. A 5 de maio, transferiram-nos para a Torre de Belém e para a fortaleza de Cascais "«prisões seguras e incomunicáveis» (portaria assinada por D. Miguel Forjaz)." Brandão [1914] 1990, 130.

[12] Cf. *Almanach…* 1798, 116; Ibid…1799, 119; Ibid…, 1800, 127.

[13] Carta de 28 de outubro de 1800. Feijó (1907-1909) 1981, 343. Habitavam neste arruamento vários emigrados franceses "de categoria como o duque de Coigny" (1737-1821), cuja casa era o ponto de reunião dos "emigrados de distinção." Ibidem.

[14] Cf. *Almanach…* 1802, 125; Ibidem… 1803, 97; Ibid… 1805, 106; Ibid… 1807, 109. Não conseguimos localizar qualquer *Almanach* de 1804.

[15] Ventura 2013, 55.

[16] Mais tarde seria uma fábrica de chitas e, no final do século XIX, foi demolido. Araújo [1938-1939], vol. 9, 31.

[17] Foram infrutíferas as tentativas para localizar esta Quinta.

[18] Devassa presidida pelo desembargador (…) 1817, fol. 329v.

[19] Brandão [1914], 1990, 94-95.

[20] *Memoria sobre a conspiração de 1817...*, 147. Era o Quartel de Cavalaria, em Alcântara. Cf. Brandão [1914] 1990, 118. Estava situado na atual praça da Armada, onde seria construído o antigo Quartel de Marinheiros (1865). Parente 1994, 747-749.

[21] Lopes (2003) 2007, 92. O Marquês de Fronteira atribuiu ao General José Vasconcelos e Sá, depois Barão de Albufeira, "antigo camarada e amigo particular de Gomes Freire", maçom, a triste incumbência de prendê-lo. Fronteira (1926) 2003, 163. Para Raul Brandão o Barão de Albufeira tentou salvar Gomes Freire. Cf. Brandão [1914] 1990, 119.

[22] Fronteira (1926) 2003, 163. Esta descrição confirma que o General saberia que o iriam prender. Se bem que outro autor refira: "«À porta é que calçou as botas» (carta de António Falcão)." Brandão [1914] 1990, 118.

[23] Abrantes, Duchesse de. 1831-1835, *Mémoires de Mme la Duchesse d'Abrantes ou souvenirs de Napoléon*, Ladvocta 18 vols. Citada por Vicente 2007, 110. Era a consorte de Junot, Duque de Abrantes, título concedido por Napoleão, em 1808. Esteve em Lisboa, no ano de 1806, acompanhando o marido, então, ministro plenipotenciário de França.

[24] *Gazeta de Lisboa*, 1 de outubro de 1793.

[25] Era liberal, como seu irmão mais velho o 2.º Conde de Sampaio. Primeiro grão-mestre da Maçonaria em Portugal (1804-10). Ver Marques 1986, vol. 2, col. 1287-1288; Ventura 2013, 59, 74-75, 82 e 90.

[26] Brandão [1914] 1990, 79. Sobre este cirurgião, veja-se Santos 1925, 211-226. Em julho de 1815, residia na rua Nova do Carmo (atual rua do Carmo), 37. Cf. *Gazeta de Lisboa*, 18 de julho de 1815.

[27] Este quartel marcava os limites do bairro e a sua construção iniciou-se em 1758. Ver Real 1900, [1].

A sua traça primitiva foi profundamente alterada pelas obras subsequentes. Araújo [1938-1939], vol. 11, 73. Desde 1979, está aqui instalada a Escola do Serviço de Saúde Militar.

[28] Teve esta designação oficial de 1763 a 1806; deste ano a 1831, foi denominado Regimento de Infantaria n.º 4. Cf. Regimento de Infantaria n.º 4. DOI: https://ahm-germil.exercito.pt/details?id=268409.

[29] Carta de 28 de outubro de 1800. Feijó (1907-1909) 1981, 139.

[30] Carta de 18 de junho de 1799. Idem, 52.

[31] Ibidem, 50.

[32] Esta Polícia, de pé e a cavalo, foi instituída, por decreto de 10 de dezembro de 1801, para segurança da cidade e para que, à semelhança "*das outras grandes Capitaes, se estabeleça hum corpo permanente, o qual vigie na manutenção da ordem, e tranquilidade pública.*" Legislação régia. 1801. DOI: http://legislacaoregia.parlamento.pt/V/1/2/97/p789.

[33] O Coronel francês emigrado Jean-Victor, Conde de Novion, foi o primeiro comandante da Guarda Real da Polícia, desde a sua fundação até 31 de agosto de 1808. Durante a invasão francesa, colocou-se ao serviço dos seus compatriotas e, por isso, teve de abandonar Portugal. Na época em que comandou esta Polícia, a segurança da capital era assegurada por 40 postos de Infantaria e não ultrapassava o total de 1.200 homens. "Plano da Segurança Pública do Reino de Portugal". *Diário da Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portugueza.* 1822 [3 Dez.], 67. Novion residiu no largo do Carmo. Cf. *Calendrier*... 1808, 76.

[34] Tinha chegado a Lisboa, no dia 25 de março de 1802. Carta de 24 de abril de 1802. Feijó (1907-1909) 1981, 267.

[35] Augusto Frederico era o filho mais novo do rei Jorge III. Chegou a Lisboa, no dia 15 de janeiro de 1801, desembarcando na Boavista: "o lugar talvez mais sujo de Lisboa e foi a pé, enterrando-se na porcaria, até à estalagem do Williams, onde provisoriamente se alojou. No dia seguinte, mudou-se para os aposentos preparados para régios viajantes, no Real Hospital de Nossa Senhora das Necessidades." Carta de 14 de fevereiro de 1801. Ibidem, 173. Os ingleses consideravam que as estalagens na capital eram desguarnecidas de qualquer comodidade: "Não se encontra uma estalagem na qual se possa passar a noite sem sofrer as torturas de um inferno, (...). Fiz a tentativa de me hospedar numa; (...). Seria impossível encontrar em toda a Grã-Bretanha uma habitação em tal ruína, tão mal mobilada, tão imunda, e tão infestada pela bicharia; e contudo tratava-se do *Leon d'Or* [Hospedaria Leão de Ouro], o hotel mais importante da cidade" in *Letters from Portugal and Spain, written during tha march of the British Troops under Sir Jonh Moore....* 1824. London: Longman, Hurst, Rees and Orme. Citado por Vicente 2007, 120-121. Esta Casa de Pasto e Hospedaria tinha-se mudado, em 1814, para a rua do Corpo Santo, 9; anunciando que abriria "*quarta-feira 16 do corrente* [Novembro]*, com mesa redonda, às três horas da tarde; o preço 800 réis cada pessoa, e também ha jantar particular, dando-se ordem*." *Gazeta*

de Lisboa, 14 de novembro de 1814. O Duque de Sussex permaneceu no nosso país até 1805, desempenhando um papel fulcral na instituição da Maçonaria em Portugal. Ventura 2013, 56.

[36] Ibidem, 58.

[37] Local onde se realizavam as paradas militares do quartel. Corresponde, proximalmente, ao atual Jardim Teófilo Braga, popularmente conhecido como Jardim da Parada.

[38] *Almanach…* 1803, 24. O 6.º Conde de Aveiras e Marquês de Vagos estava a habitar na Junqueira. Seria porque o seu Palácio de S. Cristóvão, no largo homónimo, ficou bastante arruinado pelo Terramoto? Tinham-se realizado grandes obras de melhoramentos neste palácio, em 1740. Na sua reconstrução pós-Terramoto perdurou apenas o portal. Araújo [1938-1939], vol. 3, 54.

[39] Soriano 1867, 562-566; Cavalheiro 1931, 6-10. Numa carta enviada a António de Sousa Falcão, de 12 de outubro de 1814, Gomes Freire viria a acusar Rodrigo de Sousa Coutinho, 1.º Conde de Linhares, de ser o instigador dos motins para "senhorear-se de toda a influência sobre o Príncipe." Brandão [1914] 1990, 44.

[40] Cavalheiro 1931, 28-29.

[41] Logo após estes eventos, Fitzgerald trocou correspondência com o Duque, expressando o mau estar do Príncipe pela sua interferência. Cf. Copiador de correspondência…, 1803.

[42] Esta amizade era estendível a Alorna, de tal forma que Lannes, numa carta enviada a Talleyrand, defendeu que estes motins foram uma tentativa frustrada do partido inglês para se apoderar do poder, escrevendo sobre ambos: "*Ceux deux hommes servaint por ansi dire d'aides de camp au duc de Sussex et assistaient à touts les orgies*." Cavalheiro 1931, 13. Lannes aludia nestes termos, pouco dignificantes, à comparência de ambos os Generais nos frequentes jantares oferecidos por Sussex à nobreza portuguesa, nas Necessidades.Este palácio tem origem na antiga ermida das Necessidades (1607). Entre 1742-50, construiu-se o Paço Real e ampliou-se a ermida. Em 1757, os padres oratorianos instalaram-se na parte conventual. Foi o único palácio real na capital que resistiu ao Terramoto. Nele se hospedaram, a partir do reinado de D. José I, diversos reis e príncipes estrangeiros: para além de Sussex, o seu irmão futuro Jorge IV; Eduardo VI e a rainha Alexandra. Em 1834, o edifício completo tornou-se Palácio Real. Desde o reinado de D. Maria II até 1910, todos os monarcas

portugueses residiram nas Necessidades. Araújo [1938-1919], vol. 9, 18. Wellington também ficou aqui instalado quando chegou a Lisboa, no dia 22 de abril de 1809, e durante os três dias que aqui permaneceu. Vicente 2007, 117-118.

[43] Fronteira (1926), 2003, 119.

[44] Entre 1808-13 pertenceu à Loja *Chevaliers de La Croix*, uma Loja militar fundada por oficiais da Legião Portuguesa em Grenoble, sendo seu Venerável quando da publicação dos seus estatutos (1809). Foi membro da Loja Bienfaisance, a Oriente de Lion. Ventura 2013, 74.

[45] Esteve ativa entre 1797(?) e 1808. Foi uma das Lojas representadas no Congresso de 1806 que aprovou a Constituição da Maçonaria em Portugal, estatuto orgânico da mesma Ordem. Provavelmente seria reativada após 1812, como sucedeu com outras Lojas da capital. Ibidem, 74, 65-66 e 87.

[46] Ativa entre 1797(?) e 1808, também foi uma das Lojas representadas no Congresso de 1806. Seria reativada entre 1813-15. Ventura 2013, 66 e 87.

[47] Lopes (2003), 2007, 112.

[48] Ibidem, 90.

[49] Fronteira (1926), 2003, 119.

[50] Garcia, 2009, 91.

[51] Fronteira (1926), 2003, 33. Esta visão peca por não ter em conta que o exército napoleónico seria rapidamente reforçado e nova invasão sobreviria, se tal acontecesse.

[52] Ibidem.

[53] Original Manuscrito, 3 de dezembro de 1807, da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Processo de Gomes Freire de Andrade, caixa 3185, capilha 1, sem separadores.

[54] Banha 1863, 5; Câncio 1963, vol. 2, 94-96.

[55] Sobre a temática de Junot e a cidade de Lisboa, veja-se a dissertação de mestrado de Santos, 2014.

[56] Em 1785 existiam: o Quartel de Campo de Ourique; o Quartel do Vale Pereiro (atual zona da rua Braamcamp; em 1817, aquartelamento do Regimento de Infantaria n.º 16); o Quartel da Cotovia (sítio entre o Rato e a atual rua D. Pedro V, espraiando-se para a praça da Alegria, por um lado, e, por outro, para a praça das Flores); o Quartel da Cruz do Taboado (praça José Fontana); o Quartel da Cruz dos 4 Caminhos (rua dos Sapadores); o Quartel da Cavalaria do Cais (em Santa Apolónia). Mais tarde, existiria um Quartel de Cavalaria, na praça da Armada; o Quartel do Conde de Lippe (Infantaria 1, em 1806) construído, em 1763, na Calçada da Ajuda, separado pela rua dos Quartéis do Quartel de Lanceiros (1791), situado a sul; e, em 1817, existia um Quartel de Artilharia, no Cais dos Soldados (Santa Apolónia). Cf. Plano geral da cidade de Lisboa em 1785. [Planta]. Gabinete de Estudos Olisiponenses, CML/DMC/DPC/GEO/MP00056; Parente 1994, 747-749; *Memoria sobre a conspiração de 1817…*, 143.

[57] Neste palácio, Junot ofereceu jantares e bailes resplandecentes e muito concorridos. Fronteira (1926) 2003, 40. O General francês terá escolhido esta casa porque tinha conhecido o 1.º Barão de Quintela na sua anterior estadia em Lisboa, como ministro plenipotenciário, e sabia que seria recebido com sumptuosidade. O palácio Quintela foi ereto no final do século XVIII, pelo desembargador Luís Rebelo Quintela, sob os destroços do palácio do Marquês de Valença, destruído por um incêndio, em 1726. Devem-se ao 2.º Barão e 1.º Conde de Farrobo as obras de enriquecimento artístico. Após a queda da casa Quintela-Farrobo, foi à hasta pública, no último quartel do século XIX, sendo comprado pelo capitalista Mendes Monteiro. Araújo [1938-1939], vol.13, 50. Os oficiais superiores do exército napoleónico alojaram-se em casas particulares e as tropas nos principais conventos. A família Quintela-Farrobo era também detentora da Quinta e Palácio das Laranjeiras, adquirido em 1779, e herdada pelo 1.º Barão de Quintela, em 1802. O 1.º Conde de Farrobo executou os melhoramentos e engrandecimentos que deram brado na capital. Vicente 2007, 99.

[58] Requerimento manuscrito de o P.R.N.S. [Príncipe Regente Nosso Senhor] para Gomes Freire, Palácio de Mafra, 8 de julho de 1807. Processo de Gomes Freire de Andrade, caixa 3185, capilha 1, separador Gomes Freire. Era neste Arsenal que se concentrava a produção e distribuição do equipamento militar para o Exército e para a Armada.

[59] O núcleo primitivo deste palácio remonta ao século XVI. O 2.º Conde da Ega, Aires José Maria de Saldanha, aumentou-o e realizou grandes e sumptuosas obras. Este conde encetou relações amigáveis com Junot, recebendo-o todas as semanas e dando bailes e festas; consequentemente, este nobre e família exilaram-se, após a saída do

exército francês. O palácio serviu de hospital do exército anglo-luso e, depois, acolheu Beresford. A reabilitação da família Saldanha (1823) originou a devolução da sua casa senhorial (1839). Em 1919, após ter tido variados proprietários, foi adquirido pelo Estado. Sofreu profundas obras para acolher, desde 1931, o antigo Arquivo Colonial, agora Arquivo Histórico Ultramarino. Abrantes 1994, 90-91; Fronteira (1926) 2003, 41.

[60] Lopes (2003) 2007, 27. Nesta data, o Quartel-General estava sediado no Pátio do Saldanha. Cf. *Collecção das ordens do dia…1815*. Existe uma referência ao interrogatório de Gomes Freire na Torre de Belém, enviada [a D. Miguel Pereira Forjaz?] do Quartel-General do largo de São Tomé (aproximadamente o atual largo Rodrigues de Freitas). Estaria aqui sediado o Estado-Maior de Beresford? Cf. Original Manuscrito, 29 de maio de 1815. Processo de Gomes Freire de Andrade, caixa 3185, capilha 1, separador anexo ao separador "Guerra Peninsular".

[61] Foi preso a 27 de julho de 1803 e, em 28 de agosto, ainda se encontrava detido. Ver a Carta do Visconde de Balsemão para o Visconde de Anadia [ambos Conselheiros de Estado] defendendo que Gomes Freire e Novion deveriam ser libertados, porque não eram culpados dos crimes de que eram acusados, datada de 28 de agosto de 1803. Processo de Gomes Freire de Andrade, caixa 3185, capilha 1, separador anexo ao separador "Guerra Peninsular".

[62] Fronteira (1926), 2003, 44.

[63] Ibidem, 46.

[64] Ibid., 41.

[65] Cf. Câncio, 1963, vol. 2, 98-109, 121-123.

[66] Este palácio quinhentista tinha sido Paço Real, porém, ficaria conhecido como a sede da Inquisição (aqui estabelecida no século XVI). Após a extinção do Santo Ofício (1821) acolheu vários organismos públicos. Reduzido a cinzas pelo incêndio de 14 de julho de 1836. Aproximadamente no seu lugar ergueu-se o Teatro de D. Maria II, inaugurado em 1846. Farinha 1994, 361.

[67] Câncio, 1963, vol. 2, 55; Vicente 2007, 106.

[68] Deve-se ao Marquês de Pombal a fundação do botequim de Marcos Filipe, o

primeiro do seu tempo, no lado norte do largo do Pelourinho; tendo ele próprio, para difundir a moda, ido lá almoçar torradas e chá. Na época de Gomes Freire, existiam na capital outros cafés, como por exemplo: a Casa da Neve (1778, atual Martinho da Arcada), no Terreiro do Paço, o café do Casaca, na rua dos Capelistas, e o Neutral, em Belém. Feijó (1907-1909) 1981, 227 e 373; Sucena 1994, 192-193.

[69] Câncio, 1963, vol. 2, 121.

[70] Barradas, 1892, 53; Lopes (2003) 2017, 193.

[71] Eleutério, 1994, 896. Ruders não escreveu sobre este último (teria fechado?), mas referiu outro erigido "em fins do Verão passado para representações portuguesas, na parte sul da cidade, um pouco para cá de Belém", que seria na Boa-Hora. Carta de 9 de março de 1802. Feijó (1907-1909) 1981, 257 e 383-384.

[72] Uma iniciativa de um grupo de capitalistas, entre eles, o Barão de Quintela, que em troca de ficar com um camarote para si e seus descendentes, cedeu o terreno para a sua construção. Inaugurado, a 30 de junho de 1793, com a ópera "La Balerina Amante", do compositor italiano Cimarosa (1749-1801). Em 1854, seria comprado pelo Estado. Os cantores eram masculinos, "castrati", representando papéis femininos; somente em 1799, pisaram o palco do S. Carlos cantoras de ópera. Cf. Araújo [1938-1939], vol. 13, 14-15. Algumas das sopranos eram célebres, como a italiana Angélica Catalini (1780-1849), que debutou a 27 de setembro de 1801, ficando em Lisboa até 1806. Quando a "Signora Catalini" cantava em dueto com o famoso sopranista, castrado, Crescentini (1762-1846), a perfeição impressionava os espetadores. Carta de 1 de outubro de 1801. Feijó (1907-1909) 1981, 213 e 368. Gerolamo Crescentini, italiano, atuou pela primeira vez no S. Carlos a 13 de maio de 1798, cantando na capital durante quatro anos. Carta de 29 de março de 1801. Ibidem, 90-91 e 327.

[73] Fronteira (1926), 2003, 167.

[74] Ibidem.

[75] Carta de 1 de setembro de 1799. Feijó (1907-1909) 1981, 72 e 323.

[76] Fronteira (1926), 2003, 143.

[77] Ibidem, 143-144.

[78] Na época, causou sensação o espetáculo de *Lundum*, dança brasileira trazida por escravos angolanos para o Brasil. Cf. Carta de 28 de novembro de 1801. Feijó (1907-1909) 1981, 249.

[79] Carta manuscrita da Intendência da Polícia dirigida a D. João de Almeida de Mello e Castro, 3 de dezembro de 1802. Processo de Gomes Freire de Andrade, caixa 3185, capilha 1, separador anexo ao separador "Guerra Peninsular".

[80] Cf. Brandão [1914], 1990, 172.

[81] Carta de 5 de junho de 1800. Feijó (1907-1909) 1981, 103. Ruders não menciona os festejos de Santo António, cuja festa popular se acentuou a partir da segunda metade do século XIX; mas assinala os de S. Pedro, quando muitos alfacinhas, de novo, se reuniam neste Passeio.

[82] O primeiro Passeio do Campo Grande construiu-se em 1801. Durante o tempo de Junot este Campo serviu para exercícios do exército. Igualmente, as tropas inglesas realizaram neste local revistas militares. Vicente 2007, 113.

[83] Carta de 4 de setembro de 1800. Feijó (1907-1909), 1981, 131.

[84] Fronteira (1926), 2003, 51-52.

[85] Carta de 20 de agosto de 1800. Feijó (1907-1909), 1981, 121.

[86] Fronteira (1926), 2003, 118.

[87] Carta de 5 de junho de 1800. Feijó (1907-1909), 1981, 109.

[88] Ferreira-Alves, 2004, 529-535.

[89] Barradas, 1892, 13.

[90] Fronteira (1926), 2003, 33 e 35

[91] Ibidem, 49.

[92] Ibid., 33.

[93] Ibid., 144.

[94] Cf. Ferrão, 1918. Esta obra transcreve dezanove cartas dirigidas por Gomes Freire ao 2.º Marquês de Pombal. Contudo, outro autor defendeu que a segunda missiva foi enviada para o 1.º Conde de Rio Maior. Cf. Noronha 1919, 10.

[95] Galvão-Telles 2007, 195. Depois do falecimento do 2.º Marquês, em 1812, no Brasil, sucedeu-lhe o seu irmão, José Francisco de Carvalho e Daun, 3.º Marquês de Pombal, que faleceu nas Janelas Verdes, no ano de 1821.

[96] O núcleo primitivo era do século XVI-XVII. Foi reconstruído após o Terramoto, por um arquiteto italiano, mas só foi concluída a ala direita do palácio. No início do século XIX, seria erigido um segundo palácio, ligado ao primeiro através de um jardim. Torres 2013, 74-76.

[97] Fronteira (1926), 2003, 162 e 146.

[98] *Memoria sobre a conspiração de 1817…*, 145. Neste dia tinha recebido cartas anónimas avisando-o de que iria ser preso à meia-noite. O seu amigo D. Manuel Mesquita, abade do mosteiro de Belém, fez-lhe o mesmo aviso, tendo Freire afirmado a sua inocência. *O Panorama* 1846, 30.

[99] Fronteira (1926), 2003, 134.

[100] Brandão [1914], 1990, 59.

[101] A sentença de Gomes Freire e dos seus companheiros foi impressa depois da sua execução. Com efeito, dois dias depois anunciava-se que estava a ser impressa "bem depressa". *Gazeta de Lisboa*, 20 de outubro de 1817. Terá esta sentença sido apregoada e vendida pelos cegos nas ruas da cidade, segundo o costume da época? Cf. Fronteira (1926), 2003, 89.

[102] Ibidem, 165.